



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Dezembro | 2018

Boletim Conjuntural

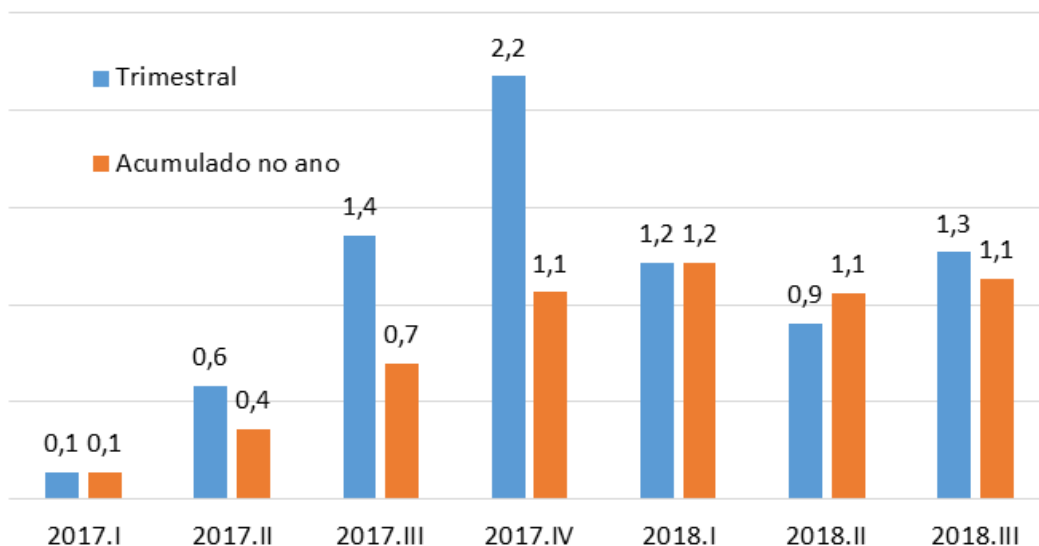
Dezembro | 2018

1. CONJUNTURA NACIONAL

O lento processo de recuperação da economia brasileira em 2018 é agora referendado, confirmando a trajetória de um quinquênio marcado por estagnação (2014), recessão (2015 e 2016) e modesta recuperação (2017, 2018). O Gráfico 1 atesta a lenta retomada do crescimento econômico destes últimos dois anos. O país passou de uma evolução crescente em 2017 (a despeito do baixo patamar) para um ritmo menos intenso em 2018: (sempre tendo-se por base os mesmos períodos do ano anterior). Em termos do indicador acumulado em cada

ano, em janeiro-setembro de 2018 atinge-se os mesmos 1,1% de todo o ano de 2017. Discreto desempenho, já que teria de ser bastante significativo o número do PIB no último trimestre para que o resultado anual trouxesse algo mais alentador. A estimativa mais recente do Relatório de Mercado (Boletim Focus, do Banco Central, de 14/12/2018) aponta para uma elevação de apenas 1,3% do PIB – aquém da projeção feita há cerca de 12 meses, de um crescimento de 3,0%.

Gráfico 1 - Brasil: taxas de variação do PIB a preços constantes, em % - 2017.I a 2018.III (base: mesmo período do ano anterior)

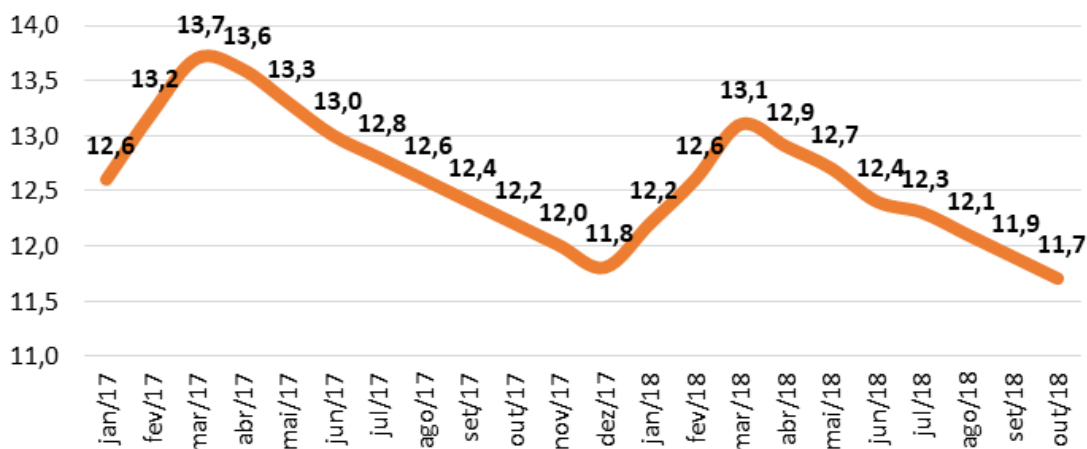


Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Dados da PNAD Contínua/IBGE sobre o panorama de recuperação do mercado de trabalho refletem o modesto padrão de retomada do crescimento da economia. O Brasil sai de rápida ascensão da taxa de desocupação desde o final de 2014 (6,5%) até o pico do primeiro trimestre de 2017 (13,7%), seguido de queda até o piso de 11,8% no último trimestre do mesmo ano (Gráfico 2). Segue-se passagem por novo pico (13,1% no primeiro trimestre do corrente ano), e redução para 11,9% no trimestre mais recente (julho-agosto-setembro). Quanto a medida percentual é traduzida para o significado concreto de que se trata de 12,5 milhões de indivíduos em situação de desemprego aberto (sem ocupação e em busca de trabalho), o custo social ganha uma dimensão preocupante.

Tal situação revela-se ainda mais grave se considerados o desemprego por desalento (pessoas que, no momento da pesquisa, revelavam desânimo para prosseguir na procura por ocupação) e o efetivo de pessoas que trabalham menos horas do que o necessário para uma renda mais adequada (segmento mais precário do setor informal). Ademais, há pessoas que gostariam de exercer uma ocupação, mas não vislumbram tal possibilidade. Tudo considerado, vem o conceito de subutilização da força de trabalho, contingente que pode, adicionado ao número de desocupados, corresponder ao dobro deste – o que em princípio magnifica o que poderia ser considerado como ociosidade em face da força de trabalho potencial. Implicações negativas para o potencial produtivo da economia são óbvias.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a setembro/2018



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Por outro lado, deve-se considerar a interveniência de dois fatores que afetam a taxa de desocupação da força de trabalho. De um lado, a evolução do agregado PEA (população economicamente ativa), que cresceu de 104,3 milhões de pessoas em setembro de 2017 para 105,1 milhões em setembro de 2018, o que espelha aumento da procura por emprego. Outro agregado, o contingente de pessoas ocupadas, também se expandiu no mesmo período, de 91,3 para 92,6 milhões de pessoas. Todavia, quase metade (600 mil) desse adicional de 1,3 milhão deve-se a ocupações informais. O resultado líquido da evolução desses agregados é atenuação da ociosidade da força de trabalho, embora

em boa parte devida a iniciativas daqueles que se aventuram a empreender (em geral, individualmente) no universo das ocupações informais – uma característica estrutural bastante expressiva do mercado de trabalho brasileiro.

Pode-se agora focar no mercado formal de trabalho. Informações do Ministério do Trabalho (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED), a respeito de **admissões e demissões**, revelam um saldo positivo de 790.579 empregos formais (acumulado de janeiro a outubro 2018) – **Tabela 1.**

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-outubro/2017, outubro/2018 e janeiro-outubro/2018

SUBSETOR	JAN/17-OUT/17	OUT/18	JAN/18-OUT/18
Agropecuária	108.020	-2.688	74.507
Indústria Extrativa	-2.281	403	3.229
Indústria de Transformação	120.367	37.449	145.337
SIUP	-1.753	1.091	10.438
Construção	-26.446	12.481	82.097
Comércio	-33.242	26.685	-10.340
Varejo	-50.081	22.506	-36.613
Atacado	16.839	4.179	26.273
Serviços	150.570	60.961	471.181
Adm, técnicos e profissionais	44.738	25.872	168.689
Saúde	51.805	6.997	83.489
Ensino	70.227	6.537	99.115
Alojamento e Alimentação	-10.837	13.168	63.501
Transportes e Comunicações	7.030	6.561	48.570
Outros serviços	-12.393	1.826	7.817
Administração Pública	18.233	954	14.130
Total	333.468	137.336	790.579

Fonte: Caged/MTE.

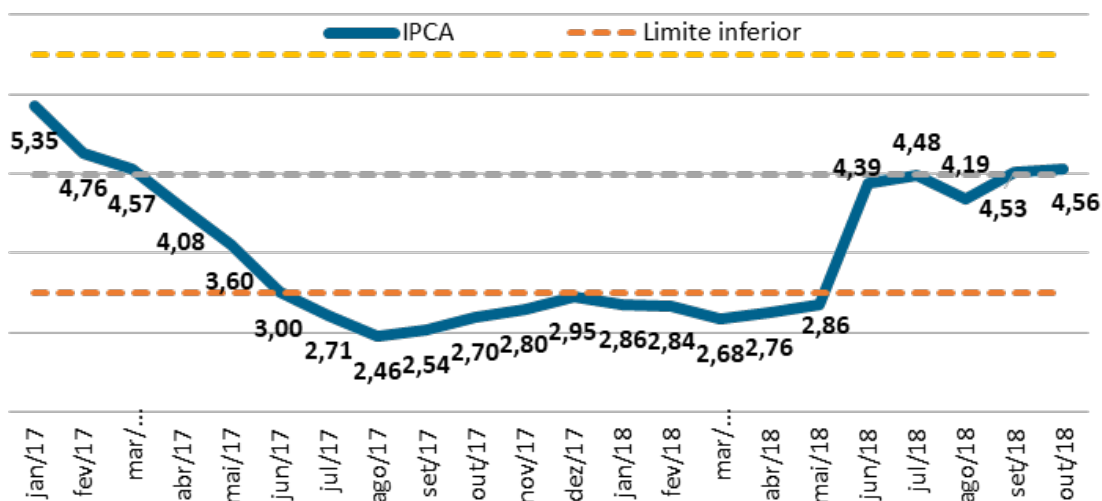
(*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até agosto/2018.

Verifica-se compatibilidade com informações do IBGE, que apontam para um crescimento de 700 mil empregos formais, no confronto entre o trimestre terminado em setembro deste ano com igual período do ano passado. Todavia, é evidente que o mercado de trabalho não apresenta dinamismo necessário para absorver o crescimento da força de trabalho. Conforme enfatizado neste Boletim, são 12,5 milhões de pessoas buscando alguma alternativa de ocupação, afora o drama social do desemprego por desalento ou, de modo mais amplo, da subutilização de amplo segmento do contingente de pessoas potencialmente dispostas a se inserir no mercado de trabalho.

Deve-se incorporar, nesta visão da conjuntura econômica nacional, outro aspecto-chave: inflação. O IPCA acumulado

em 12 meses – que vinha se mantendo abaixo de 3,0% (ver **Gráfico 3**), cresceu nos últimos cinco meses (junho, julho, agosto, setembro e outubro), mudando para o patamar de 4,0%. Todavia, mantém-se em patamar próximo ao centro da meta de inflação fixada pelo Banco Central (4,5%). Para tal aumento contribuíram a variação de 1,26% em junho (decorrente do movimento paredistas dos caminhoneiros) e elevações na taxa de câmbio. Ocorre que o IPCA de novembro sofreu variação negativa (-0,21%), o que reduz o acumulado de 12 meses para 4,05% (o acumulado anterior era 4,56%). E projeções do Boletim Focus (Banco Central, Relatório de Mercado – 14/12/2018) já apontam para uma inflação de 3,71% em 2018 (o acumulado de Janeiro a Novembro está em 3,59%). Portanto, um fato tranquilizador para o novo governo e para a economia.

Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses, em % - janeiro/2017 a outubro/2018

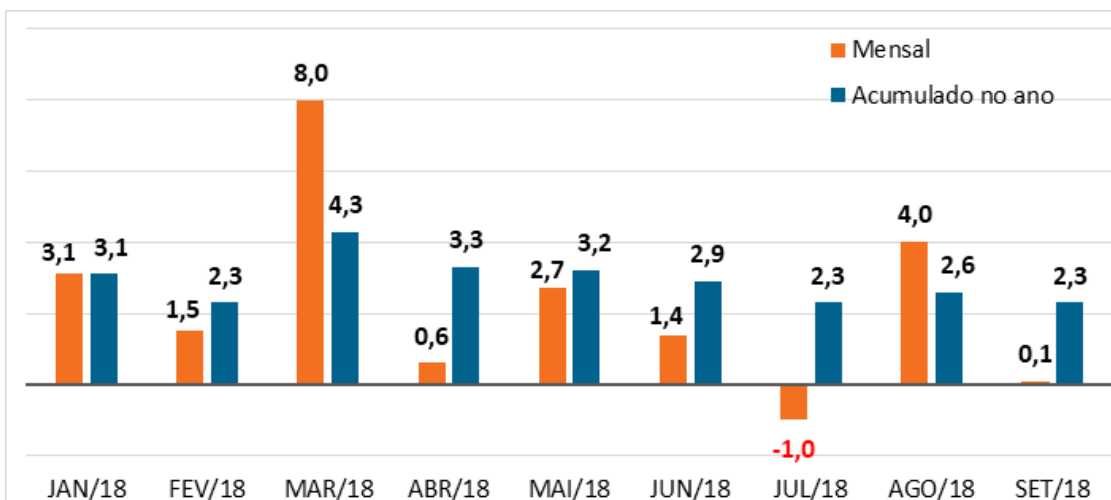


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Um ambiente de baixa inflação e de alguma expansão do contingente de pessoas ocupadas, fez crescer a massa real de salários. Com efeito, o valor desse agregado vem se mantendo, desde fevereiro de 2017, superior ao do ano anterior (**Gráfico 4**). O ganho real,

no trimestre julho-agosto-setembro, montou a 2,3% - relativamente ao de igual período de 2017. Trata-se de importante fato econômico, positivo, para o ambiente de negócios nos segmentos de comércio e de prestação de serviços.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - janeiro a setembro de 2018 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Uma síntese da conjuntura econômica brasileira aponta para inflação controlada e, conseqüentemente, taxa básica de juros em histórico patamar baixo. Ademais, boa geração líquida de empregos, embora um elevado nível de desemprego e um modesto crescimento econômico permaneçam como traços dessa lenta travessia em busca de um crescimento mais alto e sustentável da

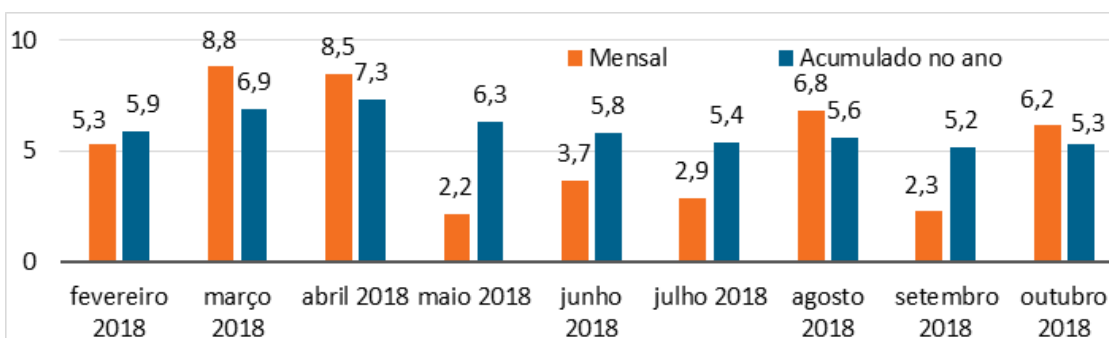
economia. A superação definitiva dessas dificuldades exigirá - desde que se avance no equacionamento da questão fiscal (nos níveis federal, estadual e municipal) - alguns anos para se recuperar a perda representada pela redução da renda per capita e pela deterioração das condições de vida da população.

Comércio varejista: desempenho mantém-se positivo em 2018

Esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (sentido restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O desempenho mensal e

o indicador acumulado do ano do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**. Analogamente, no **Gráfico 6**, vê-se a trajetória mensal e o indicador acumulado, no ano, do **varejo restrito**.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro a outubro/2018



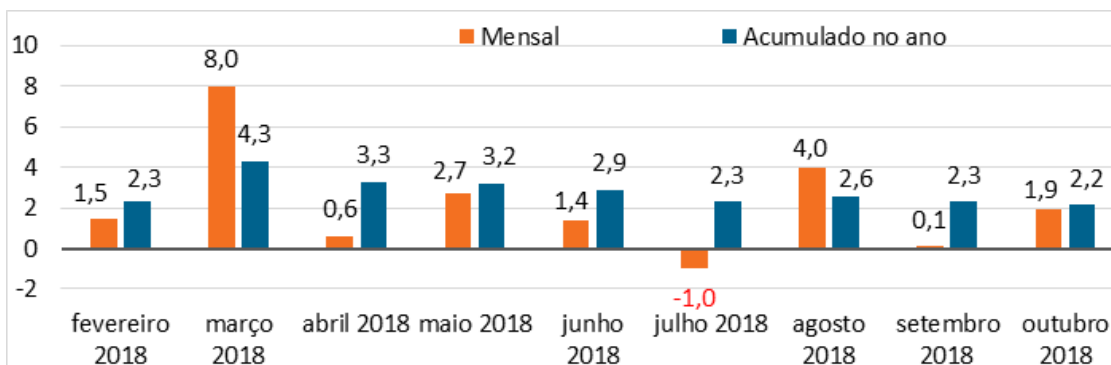
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O volume mensal de vendas do varejo ampliado, no país – resultado acumulado do ano (janeiro a outubro) – é superior ao observado nos meses correspondentes de 2017. Apesar de serem positivos, os resultados dos dois últimos meses pesquisados são os menores do ano. No que diz respeito ao desempenho mensal de outubro de 2018, em comparação com outubro de 2017, também se observa variação positiva, neste caso de 6,2%. No geral, portanto, houve crescimento em 2018, comparativamente a 2017.

O comportamento do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos

e de material de construção – mostra que as variações tanto mensais quanto acumuladas também se mantêm no campo positivo, com exceção do desempenho mensal observado em julho (-1,0%). Entretanto, são variações, em geral, bem abaixo das referidas para o varejo ampliado. O desempenho do varejo restrito, acumulado neste ano (janeiro a outubro), por exemplo, é de 2,2% (**Gráfico 6**) – ou seja, substancialmente inferior ao desempenho do varejo ampliado. De toda forma, pode-se afirmar que o varejo, tanto ampliado quanto restrito, continua evoluindo positivamente, em ritmo superior ao observado para o conjunto da economia.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro a outubro/2018



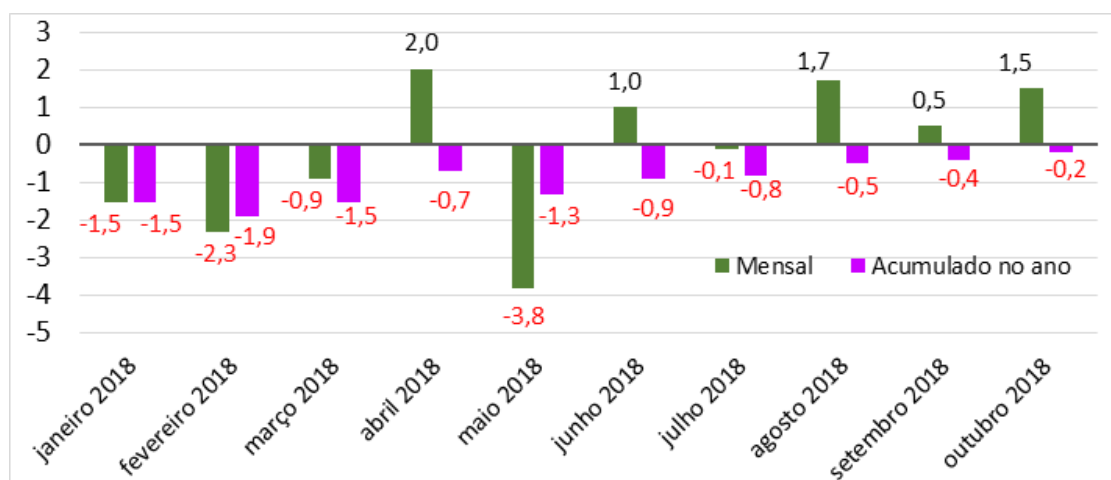
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Serviços: desempenho acumulado permanece negativo em 2018

O setor de prestação de serviços – objeto desta seção – continua apresentando desempenho insatisfatório em 2018, a despeito de alguns resultados mensais positivos. O indicador do desempenho acumulado do ano, todavia, apresenta queda

em todos os meses do ano (Gráfico 7). Há um atenuante: a partir do mês de maio o declínio tem sido continuamente menos intenso. Observa-se, assim, que ainda não há recuperação do segmento de serviços, predominando variações acumuladas negativas. Efetiva recuperação do setor de serviços permanece um evento ainda a ser materializado.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro a outubro 2018



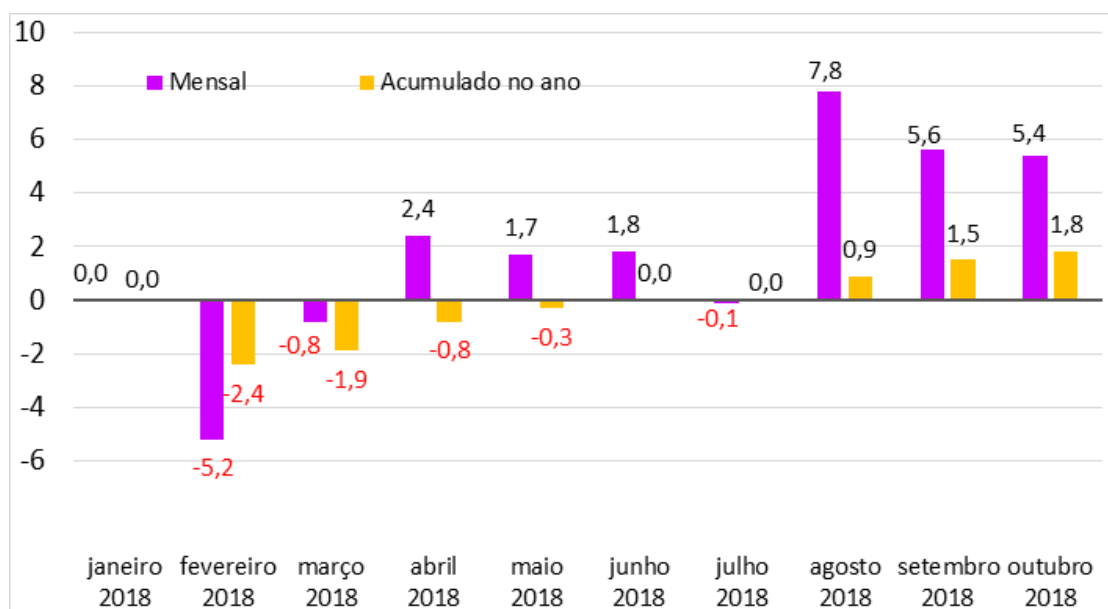
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Turismo: resultado positivo no desempenho acumulado do ano

Como é usual, particulariza-se, nesta seção, o segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem particular relevância. No ainda lento processo de recuperação econômica, os serviços de Turismo seguem rota de crescimento, a partir de agosto deste ano. De fato, o índice acumulado do ano (janeiro

a outubro) mostra uma trajetória de lento crescimento no indicador acumulado do ano. Também são positivos os resultados mensais – em comparação com idênticos meses do ano passado (ver Gráfico 8). Ou seja, conclui-se que, nos últimos meses, o volume de serviços prestados no segmento de turismo vem apresentando um movimento de recuperação que se espera seja o início de uma longa trajetória de expansão do volume de serviços de turismo no país.

Gráfico 8 - variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % - janeiro/2018 a outubro/2018



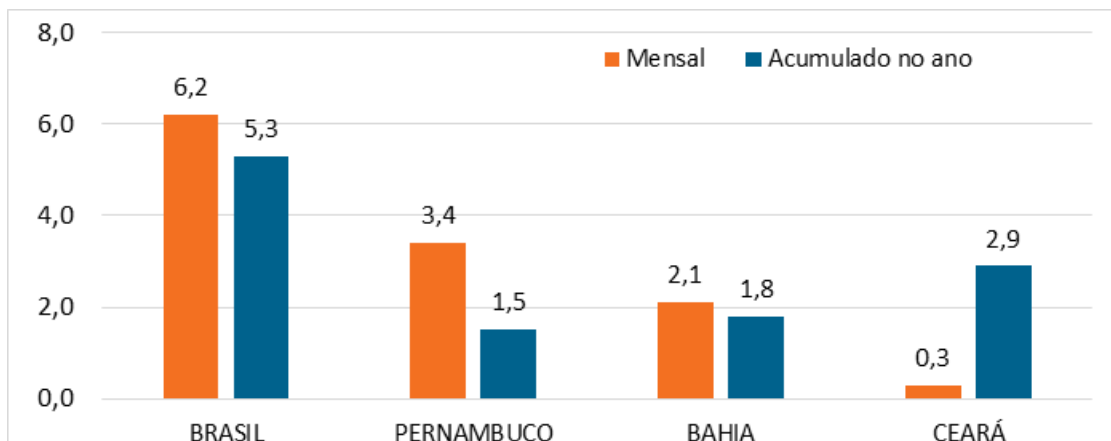
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE, Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM OUTUBRO DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

A análise deixa a abrangência nacional e agora passa a ter, nesta seção e na seguinte, Pernambuco como objeto central. Todavia, esforços de contextualização nos planos nacional e regional são incorporados. São, assim, inicialmente apresentados o desempenho mensal e o acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, nos contextos regional e nacional, conforme ilustrado nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente para o varejo ampliado e o restrito. Trata-se de dados relativos aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; ademais, considera-se o resultado agregado para o país.

Destaque-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado** em Pernambuco segue positiva (1,5%), no que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a outubro). Nota-se um desempenho que, embora traga variações positivas, é inferior ao observado nos demais territórios aqui analisados, particularmente quando cotejado com o varejo ampliado nacional, que cresce 5,3%. No que diz respeito ao resultado mensal, registra-se variação positiva de 3,4% no mês de outubro, em confronto com o mesmo mês de 2017. Desempenho também inferior ao varejo ampliado nacional, que cresceu 6,2% no referido mês – **Gráfico 9**.

Gráfico 9 – Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado, em % - janeiro-outubro2018 (base: mesmos períodos/2017)

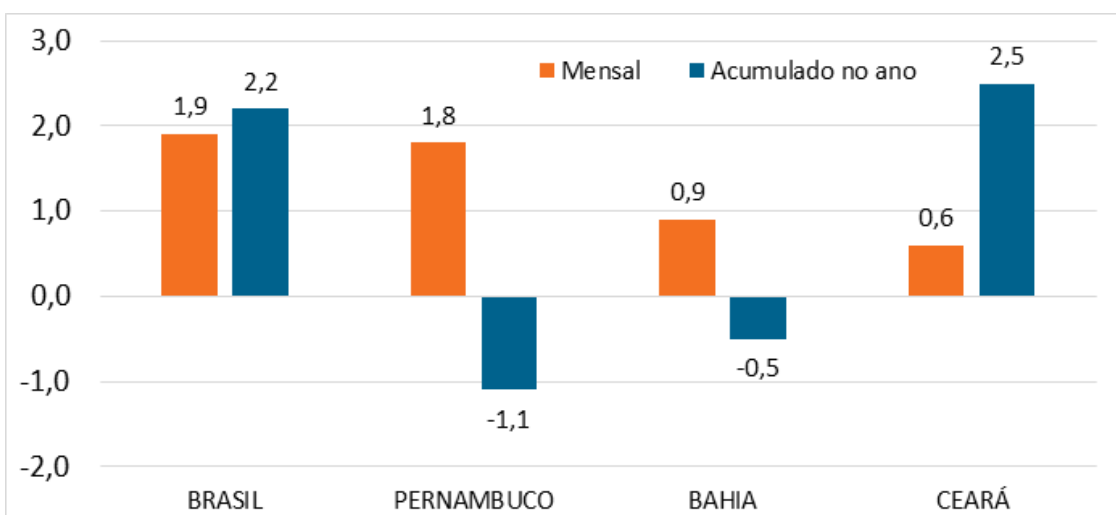


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Quando se examina o comportamento do varejo propriamente dito – retirados os segmentos de veículos e construção – Pernambuco revela desempenho positivo no mês de outubro (1,8%); entretanto, permanece negativa a variação do volume de vendas no estado de Pernambuco no indicador acumulado do ano (janeiro a outubro: -1,1%), tendo-se por base o mesmo período de

2017. Como se observa no **Gráfico 10**, é um resultado também abaixo do verificado para o país: acréscimo mensal de 1,9% e variação positiva de 2,2% no índice acumulado do ano. Chame-se atenção para o fato de que o melhor desempenho do varejo ampliado continua sendo explicado pela influência positiva do segmento de veículos sobre o desempenho global do varejo.

Gráfico 10 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro-outubro/2018 (base: mesmos períodos/2017)

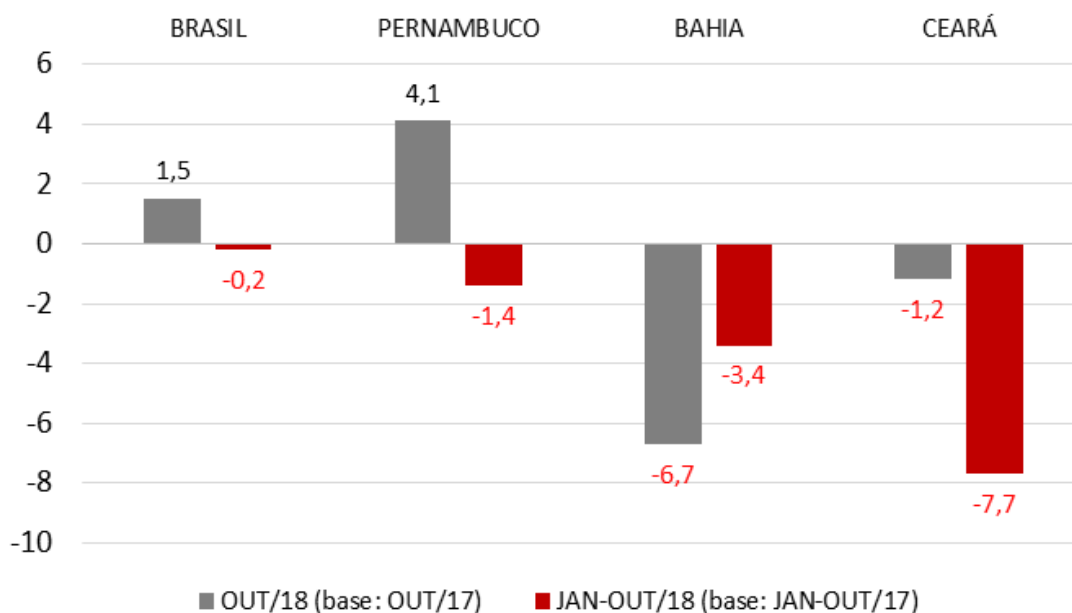


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Considerando-se agora o setor de serviços (**Gráfico 11**), é observado que o volume de serviços prestados em Pernambuco cresce no mês de outubro (4,1%), em comparação com o indicador de outubro do ano passado. Entretanto, esse resultado não foi capaz de reverter o recuo do desempenho acumulado (janeiro a outubro) do setor de serviços

(declínio de 1,4%). Uma queda mais forte do que a observada para o país como um todo (-0,2%). São resultados que deixam claro o grau de dificuldade que vêm enfrentando as atividades de prestação de serviços, segmento que – no agregado – permanece como retardatário em termos de recuperação.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % outubro e acumulada do ano/2018 (base: mesmos períodos/2017)

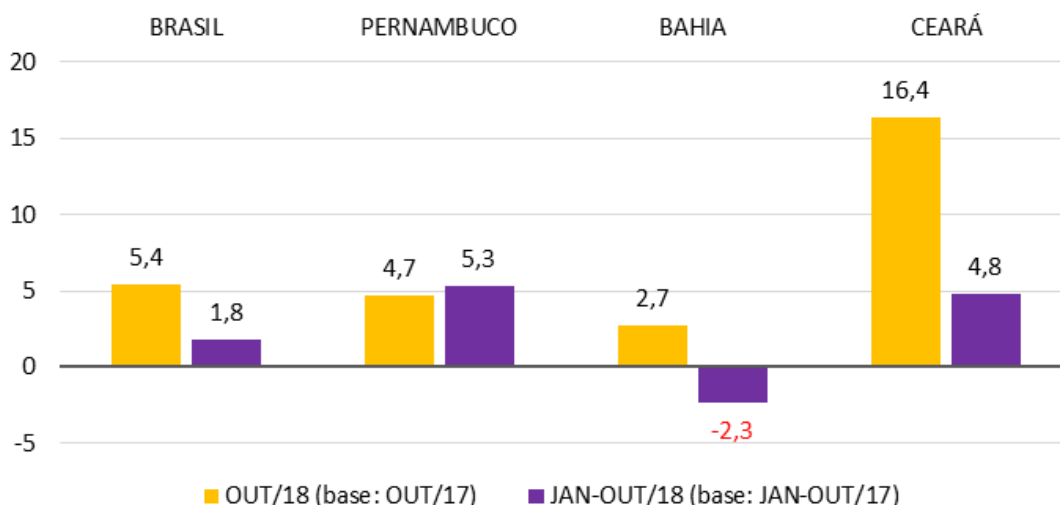


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Como bem estabelecido na série Boletim Conjuntural do Fecomércio-PE, esta abordagem setorial faz uma particularização do segmento de turismo. Do modo semelhante ao procedimento adotado para os segmentos de comércio e prestação de serviços, tomam-se os três principais estados nordestinos e o país como um todo como referências espaciais, para efeito de contextualização dos resultados observados para Pernambuco (**Gráfico 12**). Conforme o indicador mensal e o acumulado do ano de 2018 (janeiro a outubro), relativamente ao mesmo período do ano de 2017, Pernambuco continua registrando desempenho positivo

(5,3%) no indicador acumulado do ano e superior, tanto ao do país como um todo (1,8%), quanto aos correspondentes indicadores dos estados do Ceará (4,8%) e da Bahia (-2,3%). Novamente, como verificado em Boletins anteriores, em atividades relacionadas com turismo o desempenho de Pernambuco no resultado acumulado do ano segue superior ao observado nos demais espaços territoriais considerados neste Boletim. Em termos do resultado mensal de outubro 2018, o Ceará (16,4%) supera Pernambuco (4,7%), que por sua vez supera o desempenho da Bahia (2,7%).

Gráfico 12 - Brasil, PE, BA e CE: variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-outubro/2018 (base: janeiro-outubro/2017)



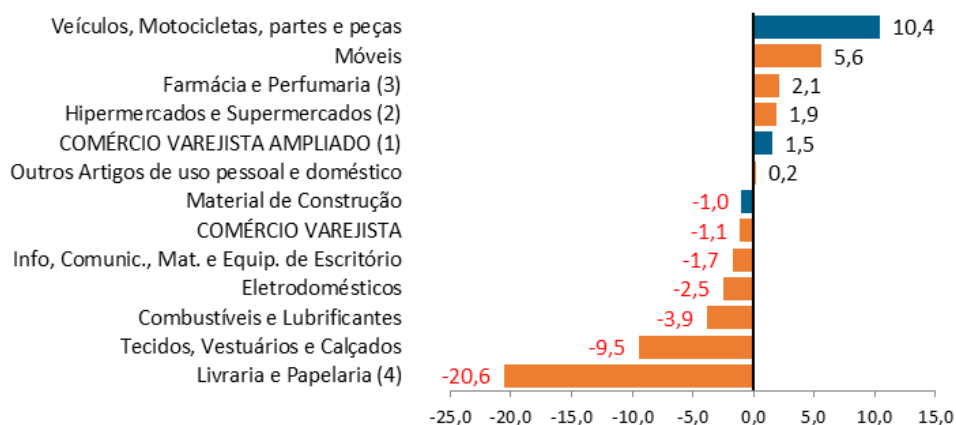
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Mult

3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO CONFORME TIPOS ESPECÍFICOS DE ATIVIDADE

Adota-se, nesta seção, uma sistematização das informações disponíveis conforme discriminação das atividades específicas que compõem os segmentos do comércio e da prestação de serviços. Em relação ao varejo, trata-se de dados sobre o volume de vendas – indicador acumulado de 2018 (janeiro-outubro), comparativamente ao mesmo período de 2017 – para cada um dos onze grupos de atividades componentes do varejo, o que está contemplado no **Gráfico 13**, novamente explicitando-se os resultados agregados do setor: varejo restrito (-1,1%) e

varejo ampliado (1,5%). Note-se que cinco dos onze grupos específicos que compõem o comércio varejista registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas. Entre as positivas, os destaques são: veículos, motocicletas, partes e peças (10,4%); e móveis (5,6%). Entre as negativas: livraria e papelaria (-20,6%); e tecidos, vestuários e calçados (-9,5%). Um padrão que vem se mantendo, em 2018, ao longo da Série Boletim do Fecomércio-PE.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Comércio Varejista, em % - janeiro-setembro/2018 (base: janeiro-setembro/2017)

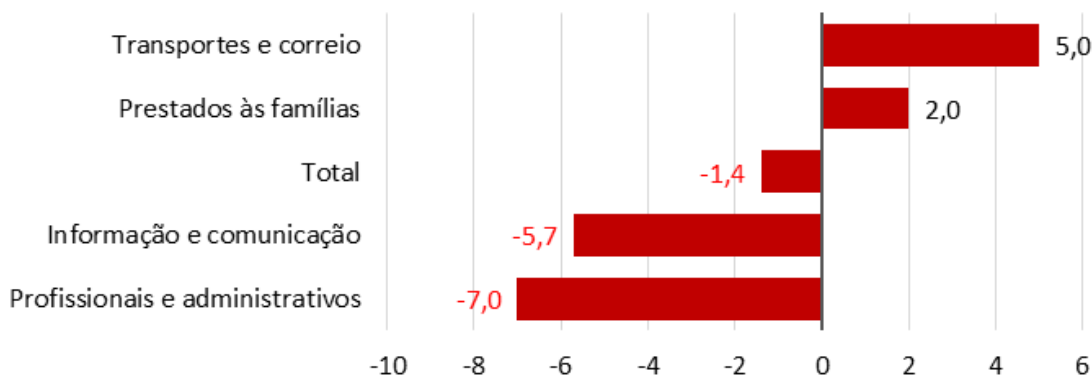


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 14**), renove-se o registro de que, no agregado, a retração da atividade econômica nesse segmento, no acumulado deste ano (janeiro a outubro) foi de -1,4%. O detalhamento revela que os grupos representados por 'transportes e correio' e 'serviços prestados às famílias' revelam desempenho positivo: respectivamente 5,0% e 2,0%. Considerados os outros dois agrupamentos, são negativas as variações do volume de vendas: 'Informação e

Comunicação' (-5,7%); e 'Profissionais e administrativos' (-7,0%). Em resumo, embora dois dos quatro grupos apresentem variações positivas, tal contribuição não foi suficiente para reverter o desempenho global negativo. Trata-se de resultados que, qualitativamente, são similares aos observados em Boletins anteriores. Permanecem perspectivas não alentadoras, com respeito a recuperação do segmento de prestação de serviços em Pernambuco.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços por Atividade, em % - janeiro-setembro/2018 (base: janeiro-outubro/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Foi estabelecido, na edição anterior deste Boletim, e em edições precedentes, que o Brasil dispõe de fatores favoráveis a uma retomada sustentada do crescimento econômico, e aguarda que um adequado equacionamento no campo da política e da governança pública, traga o complemento necessário para definitivamente destravar o caminho para uma recuperação mais rápida da economia. Uma crise cuja superação deverá demandar mais tempo que o período de cinco anos (desde 2014) de estagnação, recessão e débil recuperação. Os fatores favoráveis e oportunidades são:

- Inflação sob controle, taxa SELIC no menor patamar histórico e alto nível de reservas.
- Significativa capacidade produtiva ociosa – máquina, equipamentos, instalações e da força de trabalho – favorecendo retomada da expansão da economia sem pressões inflacionárias associadas ao crescimento.
- Gargalos de infraestrutura, esperando urgente superação; segmento para o qual podem ser atraídos capitais, desde que sob regras de mercado claras e transparentes.
- Plena disposição de agentes econômicos e cidadãos de se engajar no esforço de recuperação da economia.

Com respeito ao primeiro dos fatores acima, a variação do IPCA em novembro ficou em -0,21% – o que sacramenta inflação abaixo do centro da meta (4,5%), no corrente ano. De fato, saímos de um acumulado – em **12 meses** – até outubro, de 4,56% para 4,05% em novembro. Ademais, o acumulado de

janeiro a novembro alcança 3,59%. Diante do resultado de novembro, só uma variação do IPCA superior a 0,878% (em dezembro) faria a inflação deste ano ficar acima do centro da meta do Banco Central. Ora, ao longo de 2018 – excluindo-se a variação episódica de 1,26% em junho, decorrente do movimento dos caminhoneiros no mês anterior – o IPCA registrou um mínimo de 0,09% (março) e o máximo de 0,48% (setembro). Em dezembro passado, o IPCA teve variação de 0,44%. Ademais, é pouco provável que esse indicador venha a surpreender neste dezembro, dado que – pelo menos pela via da demanda – não deve haver pressão significativa sobre os preços, considerada a lenta recuperação da renda das famílias.

A propósito, registre-se que projeções recentes do Boletim Focus (Banco Central, Relatório de Mercado) para o IPCA 2018 eram de 4,43% em outubro, com redução – em novembro – para 4,23% e depois, para 4,13%. Mais recentemente, como já mencionado, projeta-se 3,71% para 2018 (mediana das projeções, como sempre). Considerado o acumulado de Janeiro a Novembro (3,59%), tal projeção requer uma variação do IPCA inferior a 0,2% no corrente mês. A conferir. De todo modo, a probabilidade de surpresa desagradável é muito baixa. Pode-se, portanto, encerrar 2018 com inflação inferior a 4,0% – com perspectiva de continuidade de cenário favorável no início do próximo ano. Importante para o governo e para os agentes econômicos. Em termos de vetores de crescimento, tal quadro fortalece, no mínimo, a manutenção da SELIC no atual patamar que é historicamente baixo (6,5%) – o que poderá estimular investimentos no setor produtivo e o consumo das famílias.

Em tal ambiente, dois outros fatores entre os acima mencionados, complementam boa parte do que se necessita para retomada do crescimento: necessidade de recuperação da infraestrutura (espaço para atração de capitais, em contexto de adequada institucionalidade que favoreça tais investimentos: regras claras para parcerias público-privadas, consórcios, processos licitatórios com regras transparentes e sem assimetria de informações, desburocratização). Por outro lado, a existência de capacidade ociosa propicia a aceleração do crescimento sem maiores pressões inflacionárias. Tornando-se possível tal combinação de fatores, o segmento de infraestrutura desempenharia seu papel clássico – consagrado na literatura econômica – de, via efeitos multiplicadores de emprego e renda, alavancar o crescimento, assim constituindo poderosa força de recuperação sustentável da economia.

Daí para a decisão de investir e consumir – quarto fator – é um passo rápido, pelo menos nos casos em que já se dispõe de recursos ociosos e demanda reprimida na economia.

Se tal cenário ganha materialidade, ter-se-ia o caminho mais rápido para a recuperação de um mercado de trabalho que vem apresentando dificuldades para recuperar os empregos formais cortados na crise e para absorver os novos entrantes no mercado de trabalho.

Por outro lado, na última reunião do COPOM (em 18/12/2018) em que foi mantido o patamar da SELIC, trabalhou-se com a percepção de “redução do risco de reformas não serem aprovadas”. Formam-se expectativas na direção de início de um ciclo de reformas estruturais, conforme demanda de segmentos empresariais e de outras representações da sociedade. Mas há ainda que se esperar pela instalação do novo governo, a partir de 01/01/2019.

A transição Governamental está se completando, aparentemente sem solavancos. Todavia, a configuração de cada reforma e a eventual capacidade de implementação pelo governo ainda não estão claras. Muito depende de como se dará a relação entre o novo governo e o Congresso onde o protagonismo de bancadas temáticas se constitui em fato novo e em incógnita política.

Estabelecendo-se, em tal contexto, um cenário que aponte para consistente enfrentamento do elevado déficit fiscal (governo central, estados e municípios) e da expressiva dívida pública, será removido um obstáculo cuja superação completa exigirá – por estimativas de diversos especialistas – um mínimo de cinco anos de reformas estruturais, iniciando-se pela Previdência, e seguindo-se com mudanças na área tributária, além de reformas que mudem o perfil salarial do setor público.

Racionalidade é requisito básico a ser associado a cada reforma estrutural de que o país precisa, a exemplo de mudanças nos subsídios às empresas, no funcionamento das agências reguladoras, na defesa da qualidade de serviços públicos e privados prestados ao cidadão (saúde, água e energia elétrica, telecomunicações etc.). Enfim, o país acessaria a estrada que levaria à modernização da economia brasileira, consolidando-se novas instituições econômicas, devendo-se inclusive recuperar o status e funcionalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde o ano 2000.

O resultado final de tal trajetória seria trazer para o cidadão o devido padrão de eficiência e de qualidade na prestação de serviços públicos pelo Estado e a construção de novos fundamentos macroeconômicos para garantir a recuperação sustentável da economia.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Setembro/2018.

Pesquisa Mensal dos Serviços.
Setembro/2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Outubro/2018.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Outubro/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**.
Outubro/2018

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE - CEPLAN MULTI

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

